

Ontem, em almoço na Câmara de Comércio Italiana de São Paulo, o ministro da Fazenda salientou mais uma vez, claramente, a necessidade da União de zerar o déficit público, pelo que pretende manter sua proposta relativa à rolagem da dívida externa dos estados e municípios, deles exigindo o pagamento de 25% dos compromissos vencidos e a vencer em 1989. Não pensa, todavia, que com a votação do orçamento e a assinatura do pacto social venha a esgotar-se a contribuição do Planalto: com efeito, na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional serão propostas outras medidas, com vistas, notadamente, ao melhor controle da expansão monetária.

O presidente da República, aliás, ao propor um compromisso-alternativa aos governadores em relação à rolagem da dívida externa acabou por assumir o papel de aprendiz de feiticeiro, por ter, na realidade, enfraquecido a posição dos ministros responsáveis pela elaboração do orçamento. Agora, diante da recusa dos governadores à sugestão presidencial, procuram os titulares da Fazenda e do Planejamento manter, obstinadamente, a proposição origi-

nal, que exige o pagamento de 25% da dívida.

O confronto, para os ministros, encontra origem no texto constitucional. Efetivamente, o art. 166 da nova Constituição estabelece, no parágrafo 3º (inciso 2), que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovados caso "indiquem os recursos necessários, admitindo-se apenas os provenientes de anulação de despesa". Ora, no orçamento apresentado pelo governo, o pagamento de 25% da dívida dos estados e municípios constou como receita. Se não houver acordo entre o Executivo e o Congresso, caberá ao Judiciário dirimir a pendência, mediante interpretação da Carta Magna. Naturalmente, o Congresso poderá retardar a discussão orçamentária, levando, em consequência, à manutenção do orçamento de 1987, vale dizer uma situação de caos que viria agravar problemas já em si muito perigosos (como por exemplo a elevação do salário mínimo).

Cabe razão ao governo nesse confronto com o Congresso: o primeiro ano de vigência da nova Constituição será decisivo para que não se crie um precedente que impossibilitaria, nos

anos seguintes, a discussão orçamentária num plano racional. Não nos rege um regime parlamentarista em que os conflitos se resolvem por uma moção de desconfiança ao primeiro-ministro. A nova Carta concedeu muitos poderes ao Congresso, mas isso não significa que devamos ficar ao seu arbitrio.

Considera aliás o governo que o orçamento é apenas uma peça da política econômica que pretende seguir para reduzir a taxa de inflação. O pacto social é, na visão do ministro da Fazenda, uma solução de curtíssimo prazo para evitar que o País caia na hiperinflação. O saneamento das finanças públicas é a condição necessária, mas não suficiente, para reduzir a inflação.

Por isso, na próxima reunião do Conselho Monetário, serão propostas outras medidas que visarão essencialmente à ordenação da política monetária, a qual, nos últimos meses, somente permitiu uma expansão que alimentou a espiral inflacionista com um excesso de liquidez. Com esse objetivo, o governo, mesmo reconhecendo que a conversão de dívida externa em capital de risco apresenta numerosas vantagens, está de-

cido a rever as normas para reduzir o impacto monetário das operações de conversão. Outras medidas, aliás, serão tomadas na área monetária para tentar expurgar uma liquidez que se enquadra mal na luta contra a inflação.

O ministro da Fazenda não deseja ser o responsável pela implantação de uma hiperinflação entre nós, consciente de que, certamente, será esse o caminho menos indicado para acabar com a inflação, ao contrário do que pensam alguns economistas. O custo da hiperinflação num país como o Brasil não pode ser avaliado. Podemos ter a certeza de que tanto no plano social como no econômico e político seria muito alto, representando, no contexto atual, uma aventura de consequências imprevisíveis. Por isso, somente podemos aprovar a firmeza dos ministros da Fazenda e do Planejamento diante de um Congresso que está escapando às suas responsabilidades para pensar apenas em termos eleitorais. Resta esperar que os ministros da área econômica venham a encontrar no presidente da República um apoio incondicional para que se chegue a uma política responsável, a única capaz de salvar o Brasil.